

TENTÁCULOS DO PROGRESSO NA FRONTEIRA REGIONAL:

A PRODUÇÃO DO PIAUÍ COMO ESPAÇO NORDESTINO

*Elson de Assis Rabelo**

RESUMO

Este trabalho discute a produção do Piauí como espaço nordestino nos anos 1950 e 1960. Na busca por sair da crise da economia extrativa, o Piauí era inserido no Nordeste a partir de práticas e discursos de regionalização, empreendidos em meio às disputas que procuravam reordenar seu lugar frente ao Estado nacional desenvolvimentista e às instituições que eram criadas em nome do auxílio à Região. Ao analisar discursos elaborados nesse momento, encontramos uma regularidade de temas como os da seca, da pobreza e do subdesenvolvimento, por cuja recorrência o Piauí era integrado à identidade regional.

Palavras-chave:

Piauí, Nordeste, identidades espaciais.

ABSTRACT

This text talk about the production of Piauí like space of the Region North East ("Nordeste") in the 1950's and 1960's. Searching to get out of extractive economics' crisis, Piauí was inserting in "Nordeste" through practices and discourses of regionalization, made among fights that give it a new place in front of Brazilian national State and the institutions that was created in the name of Region. Analyzing discourses of this period, we found a regularity of themes, like dry climate, poverty and underdevelopment, through of them Piauí was integrated in regional identity.

Keywords:

Piauí, "Nordeste", special identities.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Substituto da Universidade Federal do Piauí.

Em 1959, o jornal *O Dia* emitia a seguinte queixa do senador piauiense Leônidas Melo, ex-interventor no período do Estado Novo:

[Leônidas Melo] Disse ser o Piauí o Estado “mais pobre, mais esquecido, mais abandonado, mais desprezado pelo Governo Federal”. [...] Mais adiante disse que se o Piauí fôsse reivindicar tudo o de que necessita não sobraria vez para mais nenhum outro Estado, pois ele não tem nada e dêsse nada, o Governo lhe toma para beneficiar as regiões do sul do País (FOLHA DA MANHÃ, 1959, p. 4)

A ocasião da queixa era o lançamento de um programa chamado Operação Piauí, que tinha a pretensão de intervir nos espaços piauienses através dos estudos localizados, a serem seguidos de reivindicações e práticas específicas por parte do governo. Era a iniciativa piauiense no sentido da adesão à Operação Nordeste, que constituía o germe da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que era criada com o conceito bélico e estratégico de “operação”, pautado na fé desenvolvimentista de que o planejamento deveria preceder e embasar as ações do Estado nacional no sentido da produção de espaços nordestinos modernizados e industrializados (OLIVEIRA, 1977).

O discurso de Leônidas Melo tomava a temática da pobreza como um dos argumentos mais significativos desse momento em que o Piauí era elaborado como espacialidade tipicamente nordestina com os mesmos estigmas de necessidade e penúria que, desde o início do século XX, vinham caracterizando a forma de enunciar a Região (ALBUQUERQUE JR., 2006). Atentando para as condições de possibilidade do discurso do senador, encontraremos pelo menos parte da rede de relações sociais e discursivas em que ele estava envolvido – como o já referido tema da pobreza, além de questões como a da seca e das propostas desenvolvimentistas –, a fim de cartografar a nordestinização do Piauí, a partir de práticas e discursos relacionados às injunções colocadas à sociedade brasileira nos anos 1950 e 1960.

PALAVRAS ÁSPERAS: O DISCURSO DA SECA PIAUIENSE

O ano anterior ao da fala de Leônidas Melo, 1958, havia sido significativo para a nordestinização do Piauí, pois fora um ano eleitoral em que muitos Estados

brasileiros viram redefinidos os pactos e as alianças entre os grupos políticos conservadores e trabalhistas, aspecto que, ao lado da intensificação dos conflitos no campo, contribuiu para as negociações pela criação da SUDENE. No Piauí, o governador recém-eleito, o trabalhista Chagas Rodrigues, apoiaria, de pronto, a inserção do Estado na instituição a ser criada em favor do Nordeste.

Mas é também por ser um ano de estiagem que 1958 se destaca na ressignificação das identidades espaciais piauienses, pois é quando os discursos inventam a seca como mais um dos aspectos naturais e sociais que provavam sua inserção do Piauí na Região. O médico e ensaísta Carlos Eugênio Pôrto, no seu *Roteiro do Piauí*, de 1955, já havia discutido se o Piauí pertencia ou não à área das secas, pertença que só foi admitida e reforçada nos discursos e nas práticas a partir de 1958. A indefinição de Carlos Eugênio Pôrto quanto à questão era evidente, o que não acontece posteriormente nos outros enunciados:

Vale ressaltar que o problema das secas não é tão agudo no Piauí, como nos demais Estados nordestinos, exceção, talvez, de pequena faixa dos seus limites leste. Entre outras, deve ser salientada a extraordinária vantagem que informa o território piauiense na posse de muitos rios perenes, cujos vales são férteis, mesmo em pleno estio. Por outro lado, releva notar que as fazendas de gado, geralmente localizadas em chapadas planas e secas, exigem do fazendeiro enormes sacrifícios no que diz respeito à alimentação dos rebanhos. A iniciativa particular, com o auxílio do Governo, tem promovido o represamento dos rios periódicos e a abertura de poços artesianos, impondo uma solução radical ao assunto (PÔRTO, 1974, p. 97).

Com efeito, os discursos procurarão dar a ver e dizer que o Piauí não só reabastecia os rebanhos de gado dos outros espaços nordestinos durante a seca, mais ainda era perturbado pela presença de retirantes cearenses, paraibanos, potiguares e pernambucanos que passavam por Teresina:

Embora que, no Piauí, houvesse chovido alguma coisa, não se pode considerar o nosso Estado como não atingido pela sêca, porque além de ser grande o prejuízo na sua lavoura por causa das chuvas que vieram tarde e escassas, o seu território tem sido invadido por milhares de flagelados nordestinos, sendo que a maioria, de certo, se dirige para o Maranhão, mas, no Piauí, fica também muita gente, pelo que o govêrno e o povo piauiense têm o dever humano e patriótico de prestar a essa gente todo auxílio que puder (CLAUDIUS, 1958, p. 6).

No discurso acima, percebe-se o esforço para dizer como a seca ia se tornando problema também para o Piauí, o qual era atingido de forma direta, e não somente pela presença dos flagelados de outros Estados. Outra matéria de jornal do mesmo se queixa contra a exclusão do Piauí no Polígono das Secas e conclama os parlamentares piauienses a pedirem verbas contra as secas junto ao Governo Federal:

A exclusão do Piauí do Polígono das Sêcas, [sic] é atentado ao patrimônio histórico e geográfico de um povo que contribui, valiosamente, para o progresso geral do País e, no entanto, não teve oportunidade para merecer a construção de um açude, entre os recomendados para o Nordeste.

[...]

Imitem-se [por parte dos parlamentares piauienses] os nordestinos que estão exigindo providências imediatas dos poderes públicos, indicando claramente a iminência de uma ruína de suas terras, confessando a pobreza de seus recursos materiais contra os flagelos da seca. Que os pedidos apareçam imediatamente, embora não sejam atendidos em sua totalidade, pois a conquista de auxílios depende sempre de esforços e abnegação, de prestígio e união de pensamento. Pelo menos, desperte-se a emoção patriótica dos homens que podem prestar ajuda ao Piauí (O DIA, 1958, p. 3).

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) havia atuado pouco na construção de poços e açudes em território piauiense, alegando a abundância natural de rios no Piauí. No entanto, segundo tais enunciados, a paisagem piauiense estava se assemelhando à de outros Estados da Região; a idéia de uma natureza seca e árida que se construía sobre o sertão nordestino agora remetia também ao Piauí, que se ia tornando cada vez mais Nordeste, suscetível à estiagem, não podendo se conformar com a “verba irrisória” que era enviada às áreas atingidas (MEDEIROS, 1996, p. 35-37; DOMINGOS NETO; BORGES, 1983, p. 128-130).

Em sua coluna no jornal *O Dia*, o articulista e professor Cunha e Silva defendia o encaixe natural, político e discursivo do Piauí nas práticas e nas imagens cristalizadas do Nordeste seco, afirmando a existência de vítimas famintas da seca no sertão piauiense, o que contribuía para aumentar o “drama social” da pobreza e tornava urgente um tratamento igual ao que era dispensado aos outros Estados:

A imprensa do Rio e de outros Estados preocupa-se exclusivamente, quando trata do problema da seca do Nordeste, com a situação calamitosa do Ceará, do Rio Grande do Norte e Paraíba, como se os outros Estados nordestinos, inclusive o Piauí, não fossem atingidos pelo terrível flagelo das irregularidades climáticas. Os próprios poderes federais fazem cômico ao que dizem os jornais, pelo que prestam aos três Estados aludidos toda espécie de ajuda material, enviando até gêneros alimentícios aos flagelados, enquanto para o Piauí mandam apenas migalhas [...].

Em várias zonas do Estado a falta de chuva estava causando serias apreensões aos sertanejos, pois, aqui e acolá, viam-se animais mortos pelas estradas e veredas – vítimas da sede e da fome.

[...]

A paisagem vegetal da nossa terra estava adquirindo o mesmo aspecto de outras terras nordestinas, quando assoladas por longas estiagens.

A vida, em alguns municípios do Estado, estava se tornando insuportável para muita gente que vive da pequena lavoura e criação. O êxodo de sertanejos estava na iminência de despovoar diferentes recantos do Estado e concorrer para aumentar, assim, o drama social da nossa terra (SILVA, 1958, p. 6).

Até os anos 1940, o Piauí fora tido como espaço de passagem de retirantes e de gado, distante do Nordeste do açúcar e do cacau, uma simples zona intermediária entre o “Nordeste das secas” e a região amazônica. Nas divisões regionais que tentaram repartir os Estados brasileiros e ordená-los segundo características geográficas que seriam estanques, o Piauí representou uma dificuldade para esse olhar organizador por ser definido como área de transição. Híbrido de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, situado entre chapadões e vales, o Piauí, assim como o Maranhão, não possuía “localização” regional precisa. No final da década de 1930, ambos foram incluídos na região Norte; em seguida, na divisão regional de 1941, passaram a integrar definitivamente o Nordeste, mas com a reserva de serem chamados de “Meio Norte” ou “Nordeste Ocidental” (VIDAL, meio digital; GOMES, 1958, p. 4).

Considerar o Piauí como lugar de passagem adquiria importância na medida em que sinalizava sua própria indefinição regional, entre a caatinga e a Amazônia, entre o Norte e o Nordeste. Apesar de a imagem ter sido apropriada para pedidos de verbas devido à presença incômoda dos retirantes, as práticas de regionalização do período, como a abertura de rodovias para os Estados vizinhos, procurarão, ao contrário, deslocar o Piauí da indefinição anterior, situá-lo num lugar preciso, integrá-

lo ao Brasil através do Nordeste, fazê-lo entrar no mapa das novas práticas que estavam surgindo em nome da Região (DOMINGOS NETO; BORGES, 1983, p. 43-58).

É nos anos 1950 – quando a economia extrativa da maniçoba, da carnaúba e do babaçu entra em franco declínio de suas exportações após a Segunda Guerra, e no momento também em que a política de desenvolvimento e integração nacional pretende alcançar e agitar todo o país – que o Piauí surge, de modo demarcado e estratégico, como espaço nordestino, que possuiria áreas naturalmente secas. Daí que se entende a ênfase na existência e no impacto da “seca piauiense”, bem como o engajamento do senador Leônidas Melo na formulação de um enunciado que procurava chamar a atenção para o Piauí por meio da temática da pobreza, e, particularmente, da idéia de que se tratava do “Estado mais pobre” da Nação. O tema da pobreza, com efeito, tinha uma relação com a própria dinâmica da economia piauiense, tal como veio a se configurar no final dos anos 1940 e nos anos 1950.

ECOS DA MISÉRIA: O DISCURSO DA POBREZA PIAUIENSE

A febre estatística dos anos 1950, no ímpeto de quantificar e classificar a vida social, nomeava o Piauí como Estado mais pobre do Brasil, colocando-o no último lugar dos indicadores de produtividade e dos sonhos de desenvolvimento do país. A derrocada da pecuária, que se dava desde o fim do século XIX, seguida da crise do extrativismo, além de atingirem a população piauiense, forneciam os temas para a elaboração de um estereótipo em torno da pobreza piauiense. No que se referia à inserção do Piauí na identidade regional nordestina, a insistência no tema da pobreza apontava como óbvio o fato de Estado mais pobre do Brasil se situar na Região dita como pobre e desprovida por excelência desde o início do século. Assim, toda uma produção discursiva em nível local e, simultaneamente, nas revistas e jornais de fora, baseados ou não em relatos de repórteres, também caracterizavam os espaços piauienses com imagens do Nordeste, como a miséria e a rusticidade.

Mesmo ao procurar produzir uma noção do Piauí e da natureza piauiense para o Brasil, procurando retirar o Estado da obscuridade, os enunciados de fora recorrem ao signo da pobreza. Em 1961, o jornal *O Dia* transcreve um artigo de autoria do paulista Delmiro Gonçalves que se inicia com uma queixa por conta de um lapso de memória de Mário de Andrade. Consta que na viagem que este empreendera por alguns Estados brasileiros, segundo o projeto modernista de conhecimento da vastidão do Brasil, viagem que resultara no livro *O turista aprendiz*, o Piauí havia sido excluído do roteiro. Segundo a anedota de Delmiro, Mário estava relatando a um amigo as “belezuras” que vira, e eis que de repente, tendo sido interrogado sobre o Piauí, “espantado e boquiaberto, com toda aquela boca imensa que a natureza lhe dera, Mário respondeu pondo as mãos na cabeça: — Esqueci o Piauí!!!” (GONÇALVES, 1961, p. 2). Curiosa é a maneira como Delmiro destaca sua diferença em relação a Mário e sua forma de se “lembrar” do Piauí:

Pois eu não esqueci o Piauí. Nunca esqueci, embora em minhas andanças de repórter pelo Norte e Nordeste, jamais tivesse passado por lá. Tenho mesmo um secreto carinho por aquela terra tão pobrinha, coitada, mas tão simpática, naquele esforço espremido que tem para atingir o mar, um marzinho anêmico e humilde perto dos Estados vizinhos, que se derramam naquele verde despudorado de lindo pela costa afora (GONÇALVES, 1961, p. 2).

Delmiro Gonçalves procurava situar o Piauí partindo da idéia do vazio que ele ocupava na Nação. Ao resvalar facilmente na ambivalência – entre inscrever uma memória indireta de um espaço desconhecido e “lembrar o esquecimento” de Mário de Andrade, entre o maravilhar-se pelo que existe de despudorado de lindo na natureza dos Estados vizinhos e o lamentar-se pelo que é apenas anêmico e humilde na natureza piauiense –, toca nos problemas envolvidos na enunciação do Piauí, como a questão do seu esquecimento cultural e político, a temática da pobreza e a construção de uma idéia de natureza a ser dada como causa para o esquecimento.

No mesmo tema da natureza piauiense e do que houvesse de relevante no detalhe do litoral do Piauí para sua visibilidade e para sua enunciação, uma crônica de João Jacques, do jornal *O Povo*, de Fortaleza, é transcrita em Teresina. Com a metáfora do litoral como olho estreito ou do Estado como loja empoeirada,

escondida e sem propaganda, o cronista lamenta a estreiteza do litoral piauiense e chega ao tema da pobreza, dizendo que o Piauí, por essa falta de divulgação e por motivos políticos, não expandia economicamente nem alcançava um “lugar ao sol nas cogitações nacionais”. Diz João Jacques:

Cada dia me convenço mais da necessidade de um bom serviço de realizações públicas [sic] para cada estado da Federação, sobretudo para aquelas unidades que não tem o mar por vitrine e se escondem no fundo da loja sob a poeira do tempo e as casas de aranha do esquecimento oficial.

Piauí, por exemplo, é um caso flagrante da falta absoluta de propaganda e contactos com a União. Parece um quisto intercostal espremido ou barrado entre dois sistemas, um de serras e outro potamográfico, com “olho” ou saída muito estreita para o oceano.

A política de corrilho tem obstaculado sobremaneira a expansão econômica ou mesmo um lugar ao sol nas cogitações nacionais (JACQUES, 1960, p. 2).¹

Ao falarem do Piauí como terra tão pobrinha e sem expansão econômica, os enunciados de Delmiro Gonçalves e João Jacques, bem como o interesse por sua transcrição pelo jornal piauiense, indicam a recorrência discursiva que construía a imagem da pobreza piauiense. Na reação dos piauienses, prevalecia a ambigüidade: por um lado, os jornais de Teresina transcreviam estas reportagens para que os leitores delas discordassem ou a elas aderissem ao se identificarem; por outro lado, na tentativa de dar respostas aos discursos emitidos em nível nacional, os piauienses vacilavam entre o receio ante os perigos do estereótipo da pobreza nordestina, que ia sendo assumido com uma margem de reserva, e o risco do esquecimento, da falta absoluta de imagens e palavras sobre o Piauí. Assumindo a imagem da pobreza, como foi o caso do senador Leônidas Melo, os articulistas piauienses acabaram optando por subjetivar a pobreza e também enunciar a temática, fazendo queixas nos jornais contra a ausência de projetos e iniciativas no sentido do desenvolvimento econômico.

Entretanto, apesar de aceito, repetido e subjetivado no Piauí, esse estereótipo da pobreza provocava enorme desconforto quando propagado “indevidamente” por matérias de jornais e revistas de fora, que eram acusados, então, por exagero, desrespeito e injustiça. Em julho de 1961, a revista *Fatos e Fotos* publica, uma

¹ Mais à frente, o autor diz “relações públicas”, por isso entendemos ter havido erro tipográfico em “realizações públicas”.

reportagem da autoria de Araken Távora intitulada “Piauí, um rio banha a miséria”, procurando explorar e dar a conhecer exoticamente um espaço desconhecido no Sul do país. A reportagem foi recebida de modo ambíguo na imprensa de Teresina. Temendo a fixação do estereótipo, e ao mesmo tempo procurando não negar as “verdades” que estariam sendo veiculadas, os comentários à reportagem inicialmente se opõem à atribuição de aspectos rústicos ao Piauí, exemplificados nas fotos de “lavadeiras, jumentos, mulher de cachimbo acocorada” (TITO FILHO, 1961, p. 1).

Arimathéia Tito Filho refuta as imagens escolhidas pela revista para caracterizar o Piauí, como a do casamento de uma mulher grávida com um tuberculoso num “casebre debaixo da ponte do Poti”, da “água poluída do Parnaíba [que] é dada para o povo beber”, da lotação dos hospitais públicos. Sobre o que era dito a respeito das crianças na escola – que, em virtude da pobreza, teriam sido dispensadas de comparecerem às aulas com roupas e calçados, daí o lançamento de uma campanha chamada “De pé no chão também se aprende a ler”, pela prefeitura de Teresina –, Tito Filho retifica, com veemência, que a campanha “pertence” ao prefeito de Natal, no Rio Grande do Norte, e não ao de Teresina.

Tito Filho diz que Araken Távora se excedeu na “pintura dos aspectos miseráveis”. Entretanto, ao citar, na mesma matéria, um tópico do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, sobre os desvios de verbas federais no Piauí, concorda com o jornal, afirmando que “é tristíssima a realidade piauiense”. Para o cronista piauiense, o problema do Piauí não era natural, era social e político, os jornalistas deveriam desprezar “fotografias de jumentos para que se dessem ao trabalho de reproduzir o luxo insultante de alguns ao lado dos quadros hediondos da miséria nas ruas”, deixando de “anotar e reproduzir desgraça e ridículo” e denunciando os “insaciáveis exploradores de homens, mulheres e crianças” (TITO FILHO, 1961, p. 4).

Ao culpar Araken Távora por ter chamado a atenção “através de relatos carregados de tintas negras, do extravasamento de um pessimismo doentio”, a resposta de Olympio Costa à reportagem de *Fatos e Fotos* termina sendo igualmente ambígua. Assim como Arimathéia Tito Filho, em seu enunciado, Olympio Costa pretende demonstrar mal-estar com o que pareça exagero, mas quer confirmar a questão da pobreza piauiense – lembrando que o Piauí é pobre e atrasado –, a fim de ter motivos para que o Estado solicitasse auxílios federais.

Depois de apontar a seca, a “chaga” do analfabetismo, a “ausência quase que integral do amparo do Governo Federal” ao Piauí, Olympio Costa ainda dialoga com o discurso desenvolvimentista, destacando o que era aproveitável na natureza para o desenvolvimento: apesar da pobreza, o território piauiense seria um dos “maiores potenciais econômicos da Federação”, contando com abundância de matérias-primas, solo e minerais (COSTA, 1961, p. 1).

As práticas discursivas e não-discursivas de produção da nova espacialidade regional conseguiram estrategicamente modificar o olhar sobre o Piauí, nordestinizando-o e integrando-o aos estereótipos de pobreza e necessidade da Região: quando se falava em desigualdade regional entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, desigualdade que permanecia apesar das iniciativas da SUDENE, o Piauí era incluído e caracterizado na Região “mais pobre do país”, mesmo vivendo um “clima de alegria e confiança” diante do desenvolvimento propagandeado com a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, nos anos 1960 (O DIA, 1968, p. 3). Assim, uma reportagem da revista *O Cruzeiro* publicada em 1965, com o título “As Lavadeiras do Parnaíba”, se por um lado incomoda visivelmente o piauiense Francisco Leandro de Sousa, por outro lado suscita uma defesa em nome do Piauí e do Nordeste. Sua carta de protesto, publicada pelo jornal *O Dia*, recusa a assimilação fácil que a revista fizera entre lavadeiras, pobreza e o Piauí:

[...] preferiram [os repórteres] falar da miséria, como se miséria fosse uma particularidade do Piauí. Miséria ao cubo, miséria ao quadrado, miséria vezes miséria, miséria somada com miséria, dividida por miséria, multiplicada por miséria e outras misérias mais. [...] Será que em todo esse imenso Planeta, só exista miséria no Piauí e lavadeiras só no rio Parnaíba? Por que esses pobres diabos não falam sobre outra coisa? (O DIA, 1965b, p. 11)

Em seguida, Francisco Leandro questiona a homogeneização que é feita do Nordeste quanto à pobreza, interrogando por que a reportagem só vê o “lado ruim”, e não as “grandes obras” que vinham sendo realizadas, como a construção de Boa Esperança. Após lançar seu olhar sobre outros espaços, como as “podres favelas” de São Paulo, da Guanabara, de Belo Horizonte e de Brasília, que poderiam também ser objeto de reportagens, o autor da carta utiliza noções euclidianas sobre o sertanejo forte para argumentar em favor das lavadeiras nordestinas e rebater o

que a reportagem dissera sobre seu cansaço e sua tristeza: “as mulheres do Nordeste são resistentes talvez mais que os homens do Sul, e não são tristes, como afirmaram os dois ‘aventureiros’ fantasiados de repórteres”. A pobreza piauiense era repetida nos enunciados até se tornar um estereótipo sobre o Piauí, que passava a operar, como todo estereótipo, com caráter metonímico, selecionando uma parte para representar o todo, dando visibilidade à miséria e à rusticidade e apagando os demais aspectos da sociedade e da cultura piauienses, e era isso que incomodava a Francisco Leandro de Sousa.

Já em 1969, a revista *O Cruzeiro* publica uma reportagem, da autoria de Cláudio Renato Kuck e José Araújo. Os repórteres, segundo as queixas à matéria, estiveram no Piauí, tendo sido bem recebidos em clubes e banquetes por representantes das elites. Interrogados sobre suas intenções, teriam respondido: “Queremos apenas mostrar ao Brasil o que é o Piauí.” (O DIA, 1969a, p. 1). O resultado foi uma matéria chamada “É hora de salvar o Piauí” tratando de economia, saúde e condições sociais da população piauiense. Se a intenção da revista era “salvar o Piauí”, a reportagem foi entendida, entretanto, como deboche, como um “vão rasante” que desconhecia o Estado em sua profundidade. Cogitava-se que a matéria fazia parte de um “ciclo anti-Piauí”, semelhante ao “ciclo anti-Ceará” e ao “ciclo anti-Bahia”, produzidos no Sul para depreciar a imagem dos dois Estados (O DIA, 1969b, p. 1).

Ponderando sobre a contribuição da reportagem, o intelectual e colunista piauiense Altevir Alencar situa o efeito que ela causara; em sua opinião, o discurso jornalístico precisava manter sua função de denúncia, como forma de explicitar a necessidade da mudança. Haveria, assim, segundo Altevir Alencar, quase uma relação de determinação dos enunciados sobre o campo das práticas: os espaços piauienses estariam sendo tocados pelos “tentáculos do progresso” exatamente por causa da ação da imprensa, que “batia” ao expor as mazelas, mas “soprava” ao abrir caminho para a solução (ALENCAR, 1969, p. 6). A questão do progresso e do desenvolvimento, sinalizada pelos articulistas na citação da Barragem de Boa Esperança, era mais um dos temas candentes na produção do Piauí como espaço nordestino. Sua emergência, ainda nos anos 1950, foi fundamental para as práticas e discursos que nordestinizaram o Piauí.

TENTÁCULOS DO PROGRESSO: O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA E A REGIONALIZAÇÃO DO PIAUÍ

O tema do desenvolvimento se dispersou por um conjunto de práticas e discursos que agitaram e direcionaram a produção dos espaços brasileiros a partir dos anos 1950. A percepção de sua dimensão é imprescindível para se compreender a invenção do Piauí como Nordeste, especialmente quando se considera a filiação piauiense a uma instituição de nome e feitio desenvolvimentista, como a SUDENE, de acordo com o que está implícito no discurso de Leônidas Melo, conforme vimos.

Assim, em 1957, surgia, no Piauí, a revista *Econômica Piauiense*, a partir da iniciativa de Raimundo Santana, professor da recém-criada Faculdade de Filosofia. A criação da revista sugere o lugar de destaque que a Economia assumia nas discussões sobre o Piauí e sobre o Nordeste, especialmente quando se tratava de enunciar e explicar a crise econômica piauiense, “descobrir as causas do nosso atraso” e interferir nas práticas através de um saber objetivo, cientificamente neutro e politicamente pragmático. Os artigos do periódico, de modo geral, partiam da experiência desoladora de um Piauí empobrecido, economicamente “estrangulado”, que precisava ser dito e classificado, para que, então, se apresentassem as propostas de desenvolvimento, elaboradas segundo conceitos de Economia que também apareciam nos jornais.

Alinhadas a um discurso politicamente moderado na forma de defender a modernização do campo em todo o país, as propostas dos intelectuais piauienses, face aos problemas econômicos locais, falavam em explorar as potencialidades dos recursos naturais e a navegabilidade do rio Parnaíba, em industrializar a economia da cera de carnaúba e do babaçu, em eletrificar o interior do Piauí, executar um plano rodoviário, construir um porto no litoral, mecanizar a agricultura, otimizar o tratamento dos rebanhos de gado (NASCIMENTO, 1957).

O surgimento de um veículo de saber como a *Econômica Piauiense*, bem como dos discursos e práticas que ela mobiliza, se explica pelo contexto dos anos 1950, de crise da economia extrativa piauiense e de captura das espacialidades do país pela política desenvolvimentista, levada à frente inicialmente pelos governos

populistas e, em seguida, pelos governos militares. Este período corresponde também ao extrapolamento, em nível mundial, das fronteiras nacionais e das territorialidades locais pelas relações capitalistas, as quais colocam o espaço como elemento central das discussões e da orientação das práticas.

Assiste-se ao movimento de ultrapasse cada vez maior dos limites da exploração econômica, da produção, consumo e distribuição de bens, do incremento tecnológico, dos valores culturais e inclusive dos códigos de subjetividade e sensibilidade modernos. O mundo testemunha o conhecimento de espaços antes desconhecidos e a espacialização crescente das relações sociais, da economia, dos conflitos e negociações políticas, de que são exemplo as tensões da “Guerra Fria” e as disputas espacializadas por recursos como o petróleo. Espaços outrora praticados segundo formas econômicas e culturais tradicionais são inseridos dentro da voracidade das máquinas de produção industrial, urbana e cognitiva.

Os governos populistas brasileiros, especialmente o de Juscelino Kubitschek, se abrem à expansão capitalista internacionalizando a economia, conectando os espaços do território – de que é exemplo considerável a fundação de Brasília e a construção de rodovias – industrializando e urbanizando de modo efervescente os espaços do Sul e Sudeste, através da indústria automobilística e do crescimento das metrópoles. Por sua vez, espacialidades como o Nordeste e o Norte do Brasil, que não tinham condições sociais e econômicas para serem alçadas com urgência ao mesmo nível industrial, são tomadas de modo particular pelos enunciados e conceitos de desenvolvimento e integração nacional emergidos no pós-guerra.

Neste momento, trata-se de conhecer o Brasil em toda a sua imensidão e fazê-lo marchar rumo ao “progresso” – é daí que se entende, por exemplo, o interesse admirado e cheio de exotismo das revistas e jornais que “descobrirão” o Piauí e sua pobreza nos anos 1960. Portanto, os espaços historicamente constituídos como periféricos e distantes devem ser ressignificados e produzidos por novas práticas, que agiram no sentido do planejamento, da dotação de infra-estrutura básica, do investimento nos transportes e na comunicação, todos com vistas à interiorização à interconexão de um país considerado continental (GOMES, 2002, p. 249-251).

As práticas regionalistas nordestinas, redimensionadas então pelo discurso desenvolvimentista, não mais apelam somente para as obras contras as secas e para o combate ao cangaço, como no início do século, mas se voltam para áreas

problemáticas específicas, que possuíam entraves nas forças produtivas, como as áreas “atrasadas”, que não se haviam adequadamente às mudanças internacionalizantes da economia com as quais o Brasil queria estar em dia, e os espaços rurais onde se acirravam os conflitos pela Reforma Agrária ao ponto de perturbar o domínio oligárquico e suscitar a enunciação política da chamada “Questão Nordeste”. Entendida como o conjunto das dificuldades que obstaculavam o desenvolvimento regional, esta “Questão” se definia como um problema, que motivava, inclusive, a que, dentre os Grupos de Trabalho organizados pelo governo de Juscelino Kubitschek para estudar as possibilidades de intervenção oficial, constasse um Grupo particular para o Nordeste, o único Grupo, em meio àqueles que se dedicavam a setores econômicos específicos do país, a ser pensado com base em uma categoria espacial.

A SUDENE estava entre as instituições criadas, então, com o fito de desenvolver a Região e equipara-la ao Sul e ao Sudeste, incluindo-se, ainda, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que nascem propondo integrar e promover a Região pela valorização da agricultura, pela geração de energia e pelo incentivo à industrialização. A criação destas instituições resulta tanto da eficiente cristalização do Nordeste enquanto recorte regional, nas décadas anteriores, como da atualização das práticas regionalistas com o objetivo de continuar atraindo investimentos e verbas do Estado nacional, mas desta vez com argumentos renovados (CASTRO, 1992). Assim é que se compreende porque o discurso do senador Leônidas Melo apelava para o tema da pobreza quando do lançamento da Operação Piauí, no sentido de associar a imagem da miséria com a urgência desenvolvimentista.

Ora, tem sido comum considerar que ocorreu uma “integração passiva ou reflexa” de um espaço periférico como o Piauí à Nação, por meio da Região (MEDEIROS, 1996, p. 32; MENDES, 2002, p. 180). O que se vê nesses jogos de poder, entretanto, é que a “passividade” demonstrada pelos grupos políticos piauienses, sobretudo as elites rurais que lucraram com a nordestinização do Piauí, já constitui, em si, uma tomada de posição, um lugar de espera pelo momento oportuno, um espaço de negociação (FOUCAULT, 2003, p. 241-250). Na medida, em que aderiram à integração e, sobretudo, à maneira como ela se deu, com

iniciativa e intervenção do Estado brasileiro, as elites piauienses assumiram e subjetivaram ainda mais a posição periférica, dependente, distanciada e desigual nas relações de poder dentro do Brasil. Se os projetos centralizadores nacionais e a expansão capitalista, presente nas práticas regionalistas, desenvolvimentistas e integracionistas de produção do espaço, conseguiram com alguma eficácia interligar e conectar os espaços do país ou mesmo reproduzir as “desigualdades regionais”, foi exatamente por se sustentarem em pontos de poder aparentemente “passivos” ou “reflexos”, ocupados de forma tática pelas elites piauienses, que encontraram um meio de ceder às forças de fora e ao mesmo tempo resguardar seus interesses através da clara definição regional, da adoção da identidade nordestina, das imagens da seca, da necessidade, da pobreza.

A invenção tardia do Piauí como “Nordeste” por séries de discursos como os políticos, científicos e jornalísticos, se relaciona, portanto, com estes instantes em que: a) o Estado nacional procura conhecer e integrar os espaços brasileiros, apoiado nos vetores dimensionais dos investimentos do capital estrangeiro; b) as práticas e discursos regionalistas nordestinos sofrem um deslocamento que intensifica a política de pedido de verbas das décadas anteriores; c) as elites agropecuárias e extrativistas piauienses, sem saída e empobrecidas após a crise do extrativismo, precisam encontrar uma identidade espacial para operar social e politicamente diante do Brasil moderno e em plena industrialização.

Ao ter se cristalizado até a máxima institucionalização, a máscara identitária e política da Região aparenta não ameaçar dissolver o domínio das oligarquias locais sobre os espaços piauienses nem as relações de mando que vinham dos tempos em que a pecuária era predominante e as quais a economia da maniçoba só havia confirmado. Pelo contrário, ser “Nordeste” se tornava um meio de equilibrar as forças do jogo político piauiense do final dos anos 1950, mantendo o status e atraindo os auspícios oficiais sob a justificativa do desenvolvimento, como esperavam alguns grupos tradicionais do meio rural, ou sinalizando reformas econômicas e sociais, e daí a rápida adesão à SUDENE por parte do então governador do Piauí, o trabalhista Chagas Rodrigues (MEDEIROS, 1996, p. 22-30).

Fruto da produção de saber de uma classe média de intelectuais que atuavam em Teresina e ia se destacando das elites rurais, a revista *Econômica Piauiense* representava o discurso desenvolvimentista no Piauí e apoiava a integração

nacional e regional. A própria trajetória do intelectual e político fundador da revista, Raimundo Santana, é exemplo manifesto de um engajamento no campo das práticas e dos discursos desenvolvimentistas a favor da nordestinização do Piauí. Formado em Direito, no Ceará, ex-prefeito de Campo Maior, sua cidade natal, Santana se aprofunda no debate sobre a economia, vindo a fazer cursos pela CEPAL, até se tornar um dos divulgadores do desenvolvimentismo no Piauí, trabalhando na Comissão de Desenvolvimento do Estado e assessorando o governo.

Ao sustentar a importância política da revista, para refutar as críticas que membros das elites haviam feito à enunciação da crise econômica, Raimundo Santana ressaltava que nenhuma teoria econômica de matriz européia poderia ser aplicada de modo abrupto à realidade piauiense, devendo-se, antes de tudo, conhecer empiricamente o espaço, para que, então, fosse proposta uma teoria, sendo este o “papel histórico” da revista. A “teoria” proposta, então, por Santana postulava a necessidade de especialização dos investimentos sobre os setores produtivos que estavam em decadência no Piauí, como o gado, o babaçu e a cera; além disso, o planejamento direcionaria as verbas estatais para as atividades econômicas especializadas por áreas geográficas, alcançando-se o desenvolvimento e a integração econômica do espaço por meio da atenção sobre cada área (SANTANA, 1957, p. 80-84).

Em seu livro *Evolução Histórica da Economia Piauiense*, lançado em 1964, Santana afirma que, historicamente, a pecuária e o extrativismo teriam configurado, no Piauí, a formação de uma economia de subsistência e estagnada, marcada pelo “círculo vicioso da pobreza”; os capitalistas piauienses eram basicamente comerciantes e grande parte da renda vinha da agricultura, o que distanciava o Piauí da industrialização proposta pela SUDENE. Ainda que narre uma história continuísta, na qual o próprio termo “evolução” não tem o sentido de mudança ou aperfeiçoamento, Santana se mostra otimista em relação à integração espacial, quando o Piauí estaria saindo do “complexo rural” e do isolamento, integrando-se ao mercado regional, como espaço nordestino, e à economia nacional, através, por exemplo, das rodovias e da introdução do caminhão, este último apresentado como um incentivo ao surgimento de uma lavoura de mercado (SANTANA, 2001, p. 133).

Raimundo Santana enuncia a pobreza do Piauí justapondo-a ao discurso desenvolvimentista. Em seu livro, Santana se aproxima do *Roteiro do Piauí*, publicado em 1956, pelo médico paraibano Carlos Eugênio Pôrto, e, particularmente, da *Súmula de História do Piauí*, de Odilon Nunes, publicada pelo Movimento de Renovação Cultural, em 1963. São discursos que mesclam história, economia e geografia e pretendem relatar a história do Piauí até o seu presente, inscrevendo no tempo as origens da pobreza piauiense e reafirmando a imagem do Piauí pobre. Neles, a argumentação histórica é fortemente valorizada: história e espaço se encontram para se explicarem mutuamente, o determinismo da “terra avara” é agenciado como chave interpretativa para uma trajetória de miséria. A escrita de uma história de desmandos políticos, planos modernizadores malogrados e atividades econômicas falidas, como a pecuária e a maniçoba, esclareceria a pobreza generalizada da sociedade piauiense (PÔRTO, 1974; NUNES, 2001). O que singulariza Santana, entretanto, é sua fé na possibilidade de intervenção, que romperia com qualquer determinismo espacial e apontaria para a mudança; para ele, o “Poder Central” estava pondo em prática uma política de desenvolvimento regional que atingiria eficazmente o Piauí, o que, em termos políticos significava a espera por investimento e por planejamento.

Nos anos 1960, a relação de Raimundo Santana com as temáticas do desenvolvimento é confirmada em suas matérias de jornal que situam historicamente a carência de transportes do Piauí e defendem a integração regional por meio, sobretudo, da abertura de rodovias modernas que se distinguiriam das “estradas” e “caminhos” que caracterizaram o Piauí como lugar de passagem nos tempos coloniais (SANTANA, 1964; SANTANA, 1959, p. 90-96). O entusiasmo de Santana pela regionalização traduzido nos discursos é levado para o campo das práticas, pois ao sair do Piauí – com o que finda o Movimento de Renovação Cultural –, ele atuará produzindo saber diretamente junto à SUDENE, estando à frente dos estudos econômicos, geográficos e sociais que viabilizaram a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança e da Universidade Federal do Piauí.

A confiança veemente de Raimundo Santana no planejamento econômico dos espaços era recorrente nos debates que envolveram a instituição da SUDENE. O Estado nacional argumentava a favor do planejamento como caminho para a modernização e para o desenvolvimento (OLIVEIRA, 1977). Para Santana e os

intelectuais que compunham o Movimento de Renovação Cultural do Piauí, sobretudo para aqueles que discutiam e produziam textos para a *Econômica Piauiense*, o planejamento racional era indispensável para um espaço como o Piauí, ainda em grande medida rural, cujas práticas econômicas eram basicamente a agricultura e o comércio, depois da crise do extrativismo.

Além dos escritos de Raimundo Santana, os enunciados jornalísticos se mostram repletos dos conceitos de “esquecimento”, “atraso”, “subdesenvolvimento”. Conceitos como esses, na busca por definir e compreender o Piauí, denunciando as más administrações estaduais e a desatenção federal, enunciam a situação social da pobreza aglutinada à questão do desenvolvimento, contribuindo, para a fixação da identidade de um espaço pobre, a fim de justificar a atração dos investimentos que pudessem levar o Estado a se desenvolver. O professor e articulista Cunha e Silva aponta para o “progresso gigantesco” de outros espaços, queixa-se das dimensões da pobreza piauiense – que se estendia à educação, às condições de higiene e à economia propriamente dita –, e relembra o passado da prosperidade da pecuária:

[...] conheço o adiantamento material bem acentuado de alguns Estados do Brasil e admiro o progresso gigantesco de várias nações do mundo, pelo que tenho pena das condições em que se encontra o nosso Estado em matéria de instrução pública, de transportes, de higiene, de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola, e até mesmo de pecuária, quando se sabe que o Piauí j ocupou lugar dos mais destacados entre os Estados criadores do Brasil (SILVA, 1961a, p. 4).

São conceitos que procuram alcançar efeitos políticos concretos: o “esquecimento”, em particular, institui a imagem de um espaço mal-administrado e mal-representado por seus políticos, empobrecido pelo tempo e abandonado pelo Brasil, numa forma de ver e dizer o espaço elaborada decisivamente quando o Piauí era regionalizado por meio das idéias do abandono e do esquecimento que caracterizavam a Região (SILVA, 1961b, p. 6; SILVA, 1956, p. 2; SILVA, 1962, p. 4).

No ano de 1961, com a visita de alguns representantes políticos do Piauí a Teresina, o editorial do jornal *O Dia* acusa a bancada federal piauiense de ignorar as necessidades locais, e comparecer ao Estado apenas para a manutenção dos conchavos por meio da distribuição de cargos e títulos. O editorial reclama da

desatenção dos políticos piauienses e compara a situação do Piauí com a de outros espaços da Região, no que se referia à eletrificação, uma das metas do desenvolvimentismo populista:

Enquanto isso sucede em relação ao Piauí, os outros Estados do nordeste [sic] estão reclamando as melhores cousas, inclusive a extensão da força elétrica de Paulo Afonso, para obterem energia mais barata, em benefício de suas indústrias. [...] o plano de eletrificação espalhado desde a cachoeira baiana atinge uma grande parte do território piauiense. Porque [sic], então, a nossa bancada não reclama a vinda da energia de Paulo Afonso para movimentar nossas indústrias? Por que os nossos representantes não falaram sobre isso ao povo que os mandou para o Rio e Brasília? A verdade é que o Estado ficou mais uma vez esquecido dos seus representantes, dos seus próprios filhos! Aqui vieram eles somente fazer a divisão dos cargos públicos que, ao regressarem à Capital Federal, vão pleitear. [...] (O DIA, 1961, p. 1. 3).

Era muito comum aos discursos do período casarem a enunciação da pobreza com a questão desenvolvimentista, pois, pela justaposição e complementação entre as duas idéias, constatava-se o “subdesenvolvimento” do Piauí – uma amostra concentrada do subdesenvolvimento brasileiro – e argumentava-se a favor dos investimentos públicos. O Piauí seria um espaço pobre sem “recursos financeiros com que se fazer, se realizar, se construir algo que pudesse projetá-lo”, cuja população “sobrevive porque Deus a ajuda no seu estoicismo, na sua bravura indômita”; mas possuiria uma natureza fecunda e potencialmente produtiva, com “cidades de terras ricas recobertas de água nascente, terras férteis, tucunzais, babaçuais e carnaubais”, com muitos rios, jazidas minerais, bastando que se investisse economicamente para que o Estado alcançasse o progresso e o desenvolvimento (REIS, 1963, p. 2-3).

É assim que, escrevendo do Rio de Janeiro, Pimentel Gomes definia a localização do Piauí e do Maranhão no “Meio Norte” e oscilava entre a temática da pobreza e a do desenvolvimento. Destacando a peculiaridade dos dois Estados, que pertenceriam a uma zona de transição, o articulista ressaltava que “em que pesem os seus imensos recursos naturais, maiores que os do Nordeste, de aproveitamento mais fácil que os do Norte, é o mais atrasado e o mais pobre trecho do país”, a “Gata Borradeira da República”, sendo preciso o incremento dos transportes para

povoar o espaço, a construção de estradas de rodagem, no limite, a integração espacial para resolver o problema do atraso (GOMES, 1958, p. 4).

O realce dado ao tema do subdesenvolvimento, com a expectativa e a exigência da atenção das esferas estadual e federal para que investissem no desenvolvimento, tem relação com os limites que as práticas desenvolvimentistas sofriam no Piauí, dando um rumo particular ao conteúdo dos discursos, os quais compunham a estratégia dos grupos sociais de lamentarem, cobrarem e pedirem às instâncias oficiais.

No Piauí, a atuação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, ao pretender a integração espacial do país, inédita em relação à que fora tentada pelos governos anteriores, se reduziu predominantemente à abertura de estradas para ligar as cidades entre si e aproximar o território piauiense aos Estados vizinhos, como o Maranhão, o Ceará, Pernambuco e Bahia. A partir da criação da SUDENE, a tradicional falta de uma camada burguesa piauiense que representasse a iniciativa privada inviabilizava os propósitos industriais desenvolvimentistas, aspecto da sociedade piauiense que Raimundo Santana concluíra em seus estudos, o que levava à espera pelo planejamento e pela intervenção paternalista do governo.

Em nome da necessidade de atuação enérgica por parte do Estado com vistas ao desenvolvimento, as elites políticas piauienses farão das instâncias estatais o foco das lutas por seus interesses e pela modernização dos espaços, requerendo o aproveitamento da navegabilidade do rio Parnaíba, a construção de um porto no litoral, e notadamente, a industrialização da economia extrativa e o incremento da pecuária. Estas duas últimas propostas, se concretizadas, fariam retornar a prosperidade antiga do sertão, segundo se propunha.

Com o auxílio da SUDENE, o governo do Piauí investe, com efeito, junto à infra-estrutura básica, na agricultura, na pecuária e na abertura das empresas de economia mista que visavam melhorar o abastecimento e a prestação de serviços como energia elétrica, água e telefonia – lembrando que, por seu caráter misto, tais empresas já indicavam a debilidade do governo piauiense em dar conta dos serviços. Além disso, o mesmo governo modifica espacialmente a cidade de Teresina e organiza sua burocracia administrativa, ampliando e modificando a estrutura de empregos, e fazendo surgir um novo grupo social urbano, composto de funcionários dependentes do Estado, dispostos, conforme as circunstâncias, a

lamentarem e enunciarem o quanto o Piauí era pobre e subdesenvolvido. Quando o Piauí se insere definitivamente na política desenvolvimentista da SUDENE, nos anos 1960, os discursos partem das estatísticas da década anterior que o nomeavam o Estado mais pobre do Brasil e apontam as causas do permanente subdesenvolvimento do Piauí na “falta de operosidade e clarividência de seus administradores” (SILVA, 1961a, p. 4).

Ora, como vimos acima, Francisco Leandro de Sousa, para se defender da reportagem de *O Cruzeiro* sobre as lavadeiras do rio Parnaíba, mencionara as “grandes obras” que estavam sendo construídas no Piauí, a que Altevir Alencar se referia como os “tentáculos do progresso”. Ambos falavam da construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança, levada à frente pelos governos militares.

Tendo a crise política brasileira do início dos anos 1960 culminado no golpe de 1964, os militares assumem o governo do país se colocando como nacionalistas e agenciando os conceitos, enunciados e práticas desenvolvimentistas e integracionistas surgidos nos anos 1950 para modernizar materialmente os espaços do Brasil, enquanto mantinham posturas rígidas e reacionárias na política, na sociedade e na cultura. Perpassando o pensamento econômico e as práticas dos governos populistas, a temática do desenvolvimento estava também incluída oficialmente na formação política dos militares, pela Escola Superior de Guerra, e conectada aos propósitos de “segurança nacional”, com o objetivo de legitimar o cerceamento político que caracterizava o novo regime através da propaganda do desenvolvimento e do progresso econômico e social dos espaços (COMBLIN, 1977, p. 65-68; ALVES, 2005, p. 39-61).

Os representantes políticos piauienses, sobretudo os partidários da “Revolução de 1964” e aqueles que negociavam a manutenção de seus cargos, como o governador Petrônio Portela, se dirigirão aos presidentes militares com o discurso de lamento sobre a miséria do Piauí, demandando auxílios e obras de infra-estrutura. A adesão otimista à ditadura pelas elites piauienses tinha como justificativa a confiança de que era por meio de um governo forte, enérgico e conservador que a Nação seria mantida integrada, e os espaços periféricos, como o Piauí, seriam conduzidos ao progresso econômico, entendido como crescimento, modernização e industrialização. A partir do governo do marechal Castelo Branco, por sua origem familiar piauiense, e quando também sujeitos piauienses como o ministro João Paulo

dos Reis Veloso passavam a ocupar cargos importantes na política nacional, esperava-se que o Piauí recebesse as verbas e a atenção necessárias para colocá-lo na “marcha do desenvolvimento”, exacerbando sua dependência em relação ao Estado nacional.

Constantemente cobrada aos presidentes da República, a antiga promessa de criação de uma usina hidrelétrica no leito do rio Parnaíba é cumprida pela SUDENE e pelo governo federal, com o lançamento das construções de Boa Esperança, em 1965, na cidade de Guadalupe. Na visita que fizera, então, ao Piauí, o presidente Castelo Branco se utiliza das imagens de abandono, esquecimento e pobreza piauienses para afirmar que “não se tem o Governo esquecido do Piauí, [este] deve começar a sentir haver passado a época em que era, realmente, uma região inteiramente esquecida para a administração federal”; o Piauí deixaria de “ser um recanto esquecido do Brasil”, e os piauienses, “após tantos e tão longos anos de sofrimento e abandono [...] devem ter motivo para se voltarem confiantes para o futuro” (O DIA, 1965a, p. 4).

Os anos que antecederam a instalação definitiva da hidrelétrica, em 1970, foram marcados pela expectativa de que, finalmente, as instâncias federais e regionais se preocupariam com o Piauí. Os discursos entusiasmados viam, em Boa Esperança, a principal obra da SUDENE no Estado e, ao mesmo tempo, um exemplo da operosidade dos governos militares e do empenho dos governos locais de criarem um “Novo Piauí” (ARAÚJO, 1968, p. 4; LIMA, 2007, p. 40-85). Este, aliás, era anunciado no final da década de 1960, considerando-se exatamente as práticas que estavam modificando os espaços piauienses, a “fabulosidade, em matéria de infra-estrutura, representada pela Barragem de Boa Esperança”, “o traçado rodoviário bem planejado” que integraria o Piauí à Bahia e a Pernambuco, o crescimento do comércio, os investimentos na educação, com o encaminhamento da criação da Universidade Federal do Piauí, que viria aglutinar as Faculdades de Ensino Superior e consolidar novos espaços intelectuais e de produção cultural. O cearense Sebastião Negreiros acreditava que somente as práticas não eram suficientes, era necessária a sua divulgação a fim de que fossem atraídos ainda mais investimentos e verbas, eram necessários discursos que proclamassem para outros Estados brasileiros que o Piauí estava sendo arrancado da “condição de subdesenvolvido”, estava rasgando “as sendas difíceis do progresso” e entrando no

“processo desenvolvimentista” (NEGREIROS, 1968, p. 4; O DIA, 1969c, p. 11; CARDOSO, 2003, p. 117-127).

O “Novo Piauí” que surgia era, portanto, legitimamente nordestino, seja no que se refere às imagens produzidas com base nos temas da seca, da pobreza e do subdesenvolvimento, seja no campo das práticas desenvolvimentistas empreendidas pela SUDENE e pelos governos militares. Depois de 1964 – com a captura do discurso e das práticas desenvolvimentistas pela ditadura –, e especialmente nos anos 1970, com a seca desse ano e com a administração de Alberto Silva, o Piauí seria definitivamente cristalizado e percebido como espaço nordestino, apoiando-se, ainda, em outros campos discursivos que buscavam integrá-lo à Região, como a literatura regionalista e o discurso do folclore.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Altevir. Bater e soprar. Teresina. *O Dia*, Teresina, n.º 2.814, p. 6, 25 de set. 1969.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.

ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Francelino de S. Impressões que recolho do Novo Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 2.607, p. 4, 31 de dez. 1968.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO afirma: o Piauí deixará de ser um recanto esquecido do Brasil. *O Dia*, Teresina, n.º 1.582, p. 4. 29 de jun. 1965 [1965a].

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. O discurso e a prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CLAUDIUS. Verba irrisória. *O Dia*, Teresina, n.º 561, p. 6, 08 de maio. 1958.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

COSTA, Olympio. Piauí – uma reportagem avilta o Estado. *O Dia*, Teresina, n.º 895, p.1, 23 de jul. 1961.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum*: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*: estratégia, poder-saber. vol. IV. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003.

GOMES, Ângela de C. Economia e trabalho no Brasil Republicano. In: PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de C. (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 249-251.

GOMES, Pimentel. Os chapadões do Meio Norte. *O Dia*, Teresina, n.º 620, p. 4, 30 de nov. 1958.

GONÇALVES, Delmiro. Eu não esqueci o Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 845, p. 2, 26 de jan. 1961.

JACQUES, João. Homens e coisas do Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 826, p. 2, 20 de nov. 1960.

LIMA, Marconis Fernandes. *Cidade da Boa Esperança: memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe – Piauí*. 2007. 238f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina: Centro Piauiense de Ação Cultural, 1996.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Osvaldo Soares do. Esboço de um projeto de desenvolvimento para o Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, ano I, n.º 2, v. I, abril-junho de 1957.

NEGREIROS, Sebastião. O Nôvo Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 2.460, p. 4, 27 de jun. 1968.

NUNES, Odilon. *Súmula de História do Piauí*. Teresina, Academia Piauiense de Letras; Banco do Nordeste, 2001.

O CICLO Anti-Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 2.764, p. 1, 02 de jul. 1969 [1969b].

O PIAUÍ e o Nordeste. *O Dia*, Teresina, n.º 2.361, p. 3, 21 de fev. 1968.

O PIAUÍ também rasga as sendas difíceis do progresso. *O Dia*, Teresina, n.º 2.779, p. 11, 19 de jul. 1969 [1969c].

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OS PIAUIENSES e a sêca. *O Dia*, Teresina, n.º 548, p. 3, 23 de mar. 1958.

PIAUÍ esquecido. *O Dia*, Teresina, n.º 856, p. 1 e 3, 05 de mar. 1961.

PIAUIENSE também quer saber de coisas boas do Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 1.604, p. 11, 25 de jul. 1965 [1965b].

PIAUIENSES não querem que seu Estado continue sendo “primo pobre”: lançam OPI. *Folha da Manhã*, Teresina, n.º 391, p. 4, 05 de mar. de 1959.

PÔRTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

REIS, Benedito Soares dos. Aspectos do Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 1.062, p. 2-3, 06 de jan. 1963.

REVISTA carioca dá continuidade ao ciclo do deboche. *O Dia*, Teresina, n.º 2.762, p. 1, 29/30 de jun. 1969 [1969a].

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Economia Piauiense: problemas de estrutura. *Econômica piauiense*. Teresina, n.º 2, v. I, abril-junho de 1957.

_____. Estradas e caminhos. *Econômica piauiense*. Teresina, n.º 1, 2, 3 e 4, v. III, janeiro-dezembro de 1959.

_____. Caminhos, estradas e rodovias (III). *O Dia*, Teresina, n.º 1.247, p. 2, 24 de maio. 1964.

_____. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Banco do Nordeste, 2001.

SILVA, Cunha e. Problemas piauienses. *O Dia*, Teresina, n.º 389, p. 2 e 6, 09 de set. 1956.

_____. Migalhas para o Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 626, p. 6, 21 de dez. 1958.

_____. As causas do subdesenvolvimento do Piauí. *O Dia*, Teresina, n.º 845, p. 4, 26 de jan. 1961 [1961a].

_____. Terra esquecida. *O Dia*, Teresina, n.º 921, p. 6, 22 de out. 1961 [1961b].

_____. Realidade piauiense. *O Dia*, Teresina, n.º 952, p. 4, 22 de fev. 1962.

TITO FILHO, A. Miséria e Reportagem. *O Dia*, Teresina, n.º 893, p. 1, 16 de jul. 1961.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado. Notas sobre a formação social e econômica do Nordeste brasileiro. *Observa Nordeste*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 19 jun. 2007. 23p. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal3.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2007.

Como citar este artigo

RABELO, Elson de Assis. Tentáculos do progresso na fronteira regional: a produção do Piauí como espaço nordestino. **Rev. Espacialidades** [online]. 2008, vol. 1, no. 0, 27p.